



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

Portaria Presidência Nº 232/2026 TRE-AL/PRE/DG/SAD/ACGA

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 12, inciso VII, da Lei n.º 14.133/2021, que estabelece o Plano de Contratações Anual como instrumento de governança das contratações públicas;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n.º 10.947/2022, regulamenta o Plano de Contratações Anual (PCA) no âmbito da Administração Pública federal;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do Plano de Contratações Anual (PCA), em razão da inclusão de demandas supervenientes devidamente justificadas;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Procedimento SEI nº 0006870-83.2025.6.02.8000;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I da Portaria Presidência nº 457/2024, para incluir, a demanda 146 na planilha do Plano de Contratações Anual de 2026, a contratação a seguir relacionada:

NÚMERO D A D A DEMANDA	CÓDIGO D A D A DEMANDA	UNIDADE REQUISITANTE	A Ç Ã O ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO	JUSTIFICAT NECESSID A Q U I S I Ç CONTRATAÇÃ
146	12637	ACSC	JCGA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	ADICIONAL D DE SERV TRADUÇÃO/IN EM LÍNGUA B SINAIS (LI MANIFESTAÇ REALIZADAS, OU APOIADAS

Art. 2º Fica alterado o Anexo II da Portaria Presidência nº 457/2024, para incluir, a demanda 045 na planilha do Plano de Contratações Anual de 2026, a contratação a seguir relacionada:

NÚMERO D A D A DEMANDA	CÓDIGO D A D A DEMANDA	UNIDADE REQUISITANTE	A Ç Ã O ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO	JUSTIFICAT NECESSID A Q U I S I Ç CONTRATAÇÃ
045	12637	ACSC	P L E I T O S ELEITORAIS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	ADICIONAL D DE SERV TRADUÇÃO/IN EM LÍNGUA B SINAIS (LI MANIFESTAÇ REALIZADAS, OU APOIADAS

Art. 3º As inclusões de que trata esta Portaria têm por finalidade atualizar o Plano de Contratações Anual, em razão de demandas supervenientes devidamente justificadas, devendo ser refletidas na versão consolidada do PCA.

Art. 4º Caberá à Assessoria de Conformidade e Gestão Administrativa – ACGA promover a atualização dos registros e o acompanhamento da execução das contratações incluídas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ALCIDES GUSMÃO DA SILVA

Presidente